

# Administração, Empreendedorismo e Inovação 2

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)

# Administração, Empreendedorismo e Inovação 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração, empreendedorismo e inovação 2 [recurso eletrônico] /  
Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Administração, Empreendedorismo  
e Inovação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-315-6

DOI 10.22533/at.ed.156190805

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações  
tecnológicas. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.421

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Administração, Empreendedorismo e Inovação” compreende uma série com três volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este segundo volume é composto por dezenove capítulos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória na área.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre Administração, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega ao campo da Administração, Empreendedorismo e Inovação à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “As Intenções Empreendedoras na Carreira de *Digital Influencer*” e objetivou entender as intenções empreendedoras na carreira de *digital influencers*. O segundo capítulo tem como título “Papéis e Desafios de Mulheres Cientistas no Empreendedorismo Brasileiro” e objetivou analisar alguns fatores que ainda contribuem para a pouca presença de mulheres cientistas - sobretudo na área do empreendedorismo - no Brasil. O terceiro capítulo, intitulado “Relações do Estilo Cognitivo com a Autoeficácia e a Intenção Empreendedora”, objetivou analisar as relações entre estilos cognitivos com a autoeficácia e a intenção empreendedora de estudantes, sob influência do comportamento planejado.

O quarto capítulo é intitulado “Empreendedorismo Social no Brasil: diferentes conceitos e um mesmo objetivo” e teve como objetivo realizar uma revisão de autores nacionais e internacionais, dos conceitos de empreendedorismo, empreendedorismo social e negócios sociais. O quinto capítulo, intitulado “Empreendedorismo Social: diagnóstico do ambiente de negócio de um empreendimento social”, buscou diagnosticar o modelo de negócio de um empreendimento social, considerando as pessoas e o associativismo. O sexto capítulo tem como título “Comunicação para a Transformação: empreendedorismo social e sustentabilidade no projeto pedagógico do curso de publicidade e propaganda” e objetivou analisar no âmbito do Projeto Pedagógico do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Metodista acerca das práticas pedagógicas que são desenvolvidas a partir de uma abordagem de comunicação participativa, dialógica e transformadora, de forma a envolver os alunos e aproximar todos os públicos de interesse, na gestão dos seus processos de comunicação onde se amplia possibilidades reais na comunicação social.

O sétimo capítulo é intitulado “Empreendedorismo e Desenvolvimento: uma análise multivariada do Programa Microempreendedor Individual – MEI” e objetivou apresentar um cenário do Microempreendedor Individual - MEI, de forma a analisar

os benefícios e a efetividade deste programa. O oitavo capítulo tem como título “Uma Análise Bibliométrica da Produção Científica sobre Economia Solidária no Brasil” e objetivou identificar e analisar a literatura sobre economia solidária, através da busca de publicações, em periódicos e eventos nacionais, relacionadas ao tema no Brasil, objetivando destacar sua importância no desenvolvimento local e regional, no período de doze anos (2003-2015). O nono capítulo, intitulado “Empresas Juniores e seu Papel Social quanto Projeto de Extensão”, trata-se de um relato de experiência que traz o papel social de uma empresa júnior junto à sociedade.

O décimo capítulo, intitulado “O Caso da ENACTUS: uma rede para atenuar os desafios no uso da pesquisa participativa ativa”, trata-se de um ensaio que examina como os métodos participativos podem desempenhar um papel crucial, produzindo resultados socialmente robustos que contribuem para a solução de problemas complexos. O décimo primeiro capítulo tem como título “Ensino da Gestão no Brasil: a produção científica no quadriênio 2013-2016” e buscou responder a seguinte questão de pesquisa: quais os padrões da produção científica brasileira acerca do tema “Ensino de Administração no Brasil”, na base SPELL, entre 2013 e 2016?. O décimo segundo capítulo, intitulado “Otimização do Ensino Prático por Meio da Utilização da Plataforma SIMULAVest”, teve como objetivo relatar a satisfação de um grupo de discentes facilitadores extensionistas de um projeto de cursinho preparatório na elaboração de simulados através de uma maneira mais dinâmica e prática, que é através da plataforma do *software* SIMULAVest.

O décimo terceiro capítulo tem como título “RochaGo: uma atividade real baseada em um jogo virtual” e trata-se de um estudo prático que buscou aproveitar o conceito geral de busca no mundo real do *game* para fomentar que os alunos do quarto ano do curso de Geologia da UNIMONTE fossem “ao mundo real” buscar rochas reais, em ambientes até então inusitados para eles, na disciplina Geologia do Brasil. O décimo quarto capítulo é intitulado “Um resgate empírico sobre a internacionalização na hotelaria: apresentando um framework das abordagens teóricas no segmento” e buscou propor um resgate de estudos empíricos acerca da internacionalização na hotelaria. O décimo quinto capítulo é intitulado “Opções de Financiamento da Inovação: uma visão do pequeno e médio empresário” e tem o intuito de debater como são compreendidas as políticas de financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento para as pequenas e médias empresas no cenário nacional, além de apresentar os mecanismos de financiamento e seu funcionamento nas políticas de divulgação de massa, para a evolução do parque tecnológico no Brasil.

O décimo sexto capítulo tem como título “Eventos para e com o Consumidor. Como? *Design Thinking*” e propõe o uso da Metodologia do *Design Thinking* (imersão, problematização, ideação, prototipagem e teste) para agregar inovações aos encontros de pessoas nos diversos modelos de eventos. O décimo sétimo capítulo é intitulado “A Inovação como Geradora de Competitividade Econômica e Mercadológica: uma análise baseada no setor de serviços na sociedade contemporânea” e propõe uma

reflexão sobre o atual cenário e as perspectivas de inovação no universo da prestação de serviços. O décimo oitavo capítulo tem como título “As Contribuições da Teoria Comportamental da Administração para a Inovação das Políticas de Gestão de Recursos Humanos: O *homo administrativus* como parte central da evolução da organização” e objetivou apresentar as principais características atualmente apresentadas pelas políticas de recursos humanos, verificando as prerrogativas e semelhanças com a Teoria Comportamental. O décimo nono capítulo, intitulado “Excelência no Ensino da Gestão no Brasil: a produção científica no quadriênio 2013-2016”, teve como objetivo apresentar respostas à questão de pesquisa: quais os padrões da produção científica brasileira acerca do tema “Ensino de Administração no Brasil”, na base SPELL, entre 2013 e 2016?

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de Administração, Empreendedorismo e Inovação, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS INTENÇÕES EMPREENDEDORAS NA CARREIRA DE <i>DIGITAL INFLUENCER</i>	
Fabio Eduardo de Oliveira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1561908051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
PAPÉIS E DESAFIOS DE MULHERES CIENTISTAS NO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO	
Isabel Cruz Pinheiro	
Samara Miyuki Mamede Shimon	
DOI 10.22533/at.ed.1561908052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
RELAÇÕES DO ESTILO COGNITIVO COM A AUTOEFICÁCIA E A INTENÇÃO EMPREENDEDORA	
Sabrina do Nascimento	
Suzete Antonieta Lizote	
Amélia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.1561908053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO BRASIL: DIFERENTES CONCEITOS E UM MESMO OBJETIVO	
Vitoria Minto Pinatto	
Christiano França da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.1561908054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: DIAGNÓSTICO DO AMBIENTE DE NEGÓCIO DE UM EMPREENDIMENTO SOCIAL	
Ana Paula Cavalcante de Santana	
Aluísio Sampaio Neto	
Andressa de Jesus T. de Lessa	
Deranor Gomes de Oliveira	
Isadora Rodrigues Vasconcelos	
Jairo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1561908055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO: EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	
Marina Jugue Chinem	
DOI 10.22533/at.ed.1561908056	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>60</b>
EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA DO PROGRAMA MICROEMPREENDEODR INDIVIDUAL – MEI	
Jean Gleyson Farias Martins	
Walid Abbas El-Aouar	
Jizabely De Araújo Atanasio	
Graziele Mayara Silva Rocha	
Arthur William Pereira Da Silva	
Alípio Ramos Veiga Neto	
Rodrigo José Guerra Leone	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1561908057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>79</b>
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	
Taís Pentiado Godoy	
Leoni Pentiado Godoy	
Murilo Sagrillo Pereira	
Luana Inês Damke	
Domingos Athaides Pires Barbosa Junior	
Clandia Maffini Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1561908058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
EMPRESAS JUNIORES E SEU PAPEL SOCIAL QUANTO PROJETO DE EXTENSÃO	
Sudário Alves Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1561908059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
O CASO DA ENACTUS: UMA REDE PARA ATENUAR OS DESAFIOS NO USO DA PESQUISA PARTICIPATIVA ATIVA	
Alexandre da Trindade e Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
OTIMIZAÇÃO DO ENSINO PRÁTICO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA SIMULAVEST	
Igor Antônio Gomes Teles	
Gilzamir Ferreira Gomes	
George Edson Albuquerque Pinto	
Thiago Rodrigues Magalhães	
Quitéria Larissa Teodoro Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
“ROCHAGO”, UMA ATIVIDADE REAL BASEADA EM UM JOGO VIRTUAL	
Samara Cazzoli y Goya	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080512</b>	



<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
UM RESGATE EMPÍRICO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NA HOTELARIA: APRESENTANDO UM <i>FRAMEWORK</i> DAS ABORDAGENS TEÓRICAS NO SEGMENTO	
Fábio Aurélio de Mario Fabiane Cortez Verdu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>154</b>
OPÇÕES DE FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO: UMA VISÃO DO PEQUENO E MÉDIO EMPRESÁRIO	
Giuliano Carlo Rainatto Fernando Rodrigues Da Silva Norberto De Almeida Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>174</b>
EVENTOS PARA E COM O CONSUMIDOR. COMO? DESIGN THINKING	
Ana Carolina Corrêa Baracho dos Santos Buongiorno Vinicius Diniz De Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>185</b>
A INOVAÇÃO COMO GERADORA DE COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E MERCADOLÓGICA: UMA ANÁLISE BASEADA NO SETOR DE SERVIÇOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
Diego José Casagrande Janaina de Oliveira Natalia Maria Casagrande	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>199</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA COMPORTAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A INOVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: O <i>HOMUS ADMINISTRATIVUS</i> COMO PARTE CENTRAL DA EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	
Maria Helena Carvalho Costa Thaís Carneiro de Brito Aline Guimarães Carvalho Maria da Penha Medeiros Noêmia Climintino Leite Olívio Medeiros de Oliveira Netto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>211</b>
EXCELÊNCIA NO ENSINO DA GESTÃO NO BRASIL: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO QUADRIÊNIO 2013-2016	
Marcelo Ribeiro de Carvalho Silva Marcus Brauer Leonel Estevao Finkelsteinas Tractenberg	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15619080518</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>233</b>

## EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA DO PROGRAMA MICROEMPREENDEODR INDIVIDUAL – MEI

**Jean Gleyson Farias Martins**  
**Walid Abbas El-Aouar**  
**Jizabely De Araújo Atanasio**  
**Graziele Mayara Silva Rocha**  
**Arthur William Pereira Da Silva**  
**Alípio Ramos Veiga Neto**  
**Rodrigo José Guerra Leone**

**RESUMO:** O MEI foi um incentivo aos trabalhadores que atuam de maneira informal, a partir da necessidade de buscar alternativas para trazer estes trabalhadores para formalidade. Com a LC nº. 128/2008 surge à oportunidade para legalização dos milhares de trabalhadores que se encontravam no mercado informal. O objetivo deste artigo é apresentar um cenário do Microempreendedor Individual - MEI, de forma a analisar os benefícios e a efetividade deste programa. Como procedimento metodológico o estudo tem o objetivo de analisar o cenário atual do RN em destaque o município de Natal, quanto ao número de brasileiros que trabalham por conta própria, com os dados sendo analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas e multivariadas. Entre os benefícios mais destacados percebem-se que a baixa burocracia, as facilidades na formalização e a venda de produtos e/ou serviços para outras empresas foram os fatores que melhor discriminaram os grupos

de empreendedores que atribuíram melhorias significativas no negócio após a formalização pelo MEI, permitindo estimular o surgimento de novos empreendedores e promovendo o desenvolvimento local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empreendedorismo. Microempreendedor. Programa MEI.

**ABSTRACT:** The MEI was an incentive to workers who act in an informal way, from the need to seek alternatives to bring these workers to formality. With LC nº. 128/2008 presents the opportunity for legalization of the thousands of workers who were in the informal market. The objective of this article is to present a scenario of the Individual Microentrepreneur - MEI, in order to analyze the benefits and effectiveness of this program. As a methodological procedure, the objective of this study is to analyze the present scenario of the RN in the city of Natal, in terms of the number of Brazilians working on their own, with the data being analyzed using descriptive and multivariate statistical techniques. Among the most notable benefits are the low bureaucracy, ease of formalization and the sale of products and / or services to other companies were the factors that best discriminated the groups of entrepreneurs who attributed significant improvements in the business after formalization by the MEI , allowing to stimulate the emergence of new

entrepreneurs and promoting local development.

**KEYWORDS:** Entrepreneurship. Microentrepreneur. MEI Program.

## 1 | INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico enfrentado pelo Brasil vem afetando toda a população, perda do grau de investimento, os altos níveis de desemprego e a crescente criação de negócios informais são exemplos desse ambiente de incertezas. O empreendedorismo, mais uma vez surge como força catalisadora, pois é considerado um fenômeno social e econômico tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Ao longo dos anos o empreendedorismo vem se destacando mundialmente por meio de vários estudos (SILVA E PENA, 2017; KAKOURIS, E GEORGIADIS, 2016; LANDSTRÖM, HARIRCHI, E ASTRÖM, 2012; TONY, 2016; VIEIRA, MELATTI, NEGREIROS, E FERRI, 2014).

É pertinente descrever que o empreendedorismo é um dos fatores essenciais que contribuem para o desenvolvimento econômico de país, proporcionando para sociedade a inovação por meio de novos produtos e serviços, no desenvolvimento humano e na geração de emprego e renda (European Commission, 2003). Torna-se importante na criação desses novos empreendimentos políticas governamentais capazes de trazer benefícios que lhe assegurem estabilidade, observando a necessidade de estimular o processo de formalização.

Para isso, foi criada uma Lei complementar à Lei Geral, conhecida como MEI (microempreendedor individual), apresentando desde a sua criação no ano de 2008, que o microempreendedor vem ganhando cada vez mais força e benefícios. Justifica-se esse fato pelo acesso ao crédito facilitado, as taxas de juros reduzidas, tendo como prioridade em caso de empate em licitações e tributação por meio do simples Nacional, que por sua vez consiste em um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis às empresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (GUTIERREZ, 2016).

Sendo assim, o valor arrecadado não varia de acordo com o faturamento, com uma taxa fixa mensal de até R\$ 42,20 (5% do salário mínimo de INSS, R\$ 1,00 de ICMS para setor de indústrias ou comércio e/ou R\$ de INSS para setor de serviços. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que além de ser política pública notoriamente criada para o combate ao desemprego e a informalidade, também incentiva o empreendedorismo no país, possibilitando o desenvolvimento de pequenos empreendimentos (VALE; CORRÊA; REIS, 2014; FONTES; PERO, 2011; DEGEN, 2008).

Até o ano de 2008, antes da criação do MEI, se observava uma dificuldade por parte do empreendedor em iniciar seu pequeno negócio, pois não havia ideias bem estabelecidas, conhecimentos sobre o mercado das diversas modalidades, força de trabalho, bem como o capital social. No entanto, a criação do MEI representou uma alternativa para estes pequenos empresários que desejam realizar seus sonhos de

empreendedor.

O que leva ao seguinte questionamento: Após 7 anos de MEI, Qual é o atual cenário do Programa do Microempreendedor no Município de Natal/RN? O sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral: Apresentar um cenário sobre o Programa MEI no município de Natal/RN, de forma a verificar os benefícios e a efetividade do programa MEI na condição de política pública para o surgimento de novos negócios, formalização e melhorias no desempenho dos empreendimentos informais, bem como melhoria do desenvolvimento da região. Justifica-se a importância dessa pesquisa, pela necessidade de evidenciar a efetividade do MEI como política pública, já que fortalece o empreendedorismo e auxilia no desenvolvimento econômico de uma região e conseqüentemente de um país.

## 2 | REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 Empreendedorismo

Apesar desse movimento recente no cenário nacional, o termo Empreendedor tem origem na palavra francesa *entrepreneur*, no século XIV. As origens históricas de atividades consideradas empreendedoras remetem a Marco Pólo. De acordo com Segundo (Hisrich et al., 2014), Marco Pólo poderia ser considerado um empreendedor, pois agia como um “intermediário”, assinando contrato com pessoa de recursos para vender suas mercadorias no Oriente.

Segundo (HISRICH; PETERS, 2004) Na Idade Média, a atividade empreendedora referia-se à ação de um participante ou administrador de grandes projetos de produção e obras. Nesse contexto, o empreendedor não corria risco, pois somente administrava os recursos recebidos e, geralmente, era contratado pelo governo. A ligação do termo empreendedor ao risco desenvolveu-se a partir do século XVII, quando o empreendedor passou a ingressar em um acordo contratual de valor fixo com o governo para desempenhar um serviço ou fornecer produtos predeterminados; assim, o lucro ou prejuízo era do empreendedor.

Na visão de Robbins (2001), outros fatores tendem a estimular o desenvolvimento do espírito empreendedor, tais como: ambientes cuja cultura atribua alto valor a ser chefe de si mesmo e à obtenção de sucesso pessoal; pais que encorajam seus filhos a realizar seus objetivos, ser independentes e assumir responsabilidades por seus atos, sendo assim esse modelo de comportamento inovador e de sucesso ao quais se tenta imitar a experiência em atividades empreendedoras.

De acordo com Dolabela (1999), argumenta que o significado da palavra empreendedor muda de acordo com o país, com a época e com o ramo de atividade. Os economistas associam os empreendedores à inovação e ao desenvolvimento econômico e os comportamentalistas, por sua vez, conferem aos empreendedores

características como a criatividade, persistência.

As diversas definições e características utilizadas para definir o perfil empreendedor variam de acordo com os diferentes autores. Mesmo com as diferenças existentes entre as linhas de pensamento a respeito do empreendedorismo, alguns pesquisadores concordam com a ideia básica de que o empreendedor é importante elemento na geração de desenvolvimento econômico para uma sociedade (GIMENEZ; INÁCIO JÚNIOR, 2002). Para Hagen (1967) argumenta que as ondas de desenvolvimento econômico podem ser causadas por grupos sociais que encontram condições como distanciamento da situação tradicional, acesso ao conhecimento científico, desejo de alcançar altas posições e independência por meio de oportunidade de ascensão em empreendimentos econômicos.

Conforme os estudiosos dessa área, Venturi (2003) e Venturi e Souza (2004) mencionam Hornaday (1982), Meredith, Nelson e Neck (1982) e Timmons (1978). Os empreendedores possuem algumas características como: inovação, tolerância a ambiguidades e à incerteza, riscos moderados, liderança, criatividade, necessidade de realização e autoconfiança. Para Ferreira (2005), Gimenez e Ramos (2005), Rossoni e Teixeira (2006) e Gimenez, Ferreira e Ramos (2008) a definição de empreendedor e de empreendedorismo se baseia nas premissas de cada área do conhecimento, embora se identifique um predomínio da visão dos economistas e dos comportamentalistas na grande maioria das pesquisas.

Para Schumpeter (1961), a função do empreendedor é produzir inovações dos meios de produção que são a força motriz do desenvolvimento econômico. Por isso, o empreendedor não pode agir racionalmente, pois ele não atua no fluxo circulatório habitual da economia, em que se sabe em que terreno se pisa e é possível se basear na conduta de todas as outras pessoas. Ele não pode agir assim quando enfrenta uma nova tarefa. Desse modo, a principal habilidade do empreendedor é saber agir em situação de incerteza.

Para Schumpeter (1961), o empreendedor precisa saber lidar com as preocupações da vida cotidiana (renda, escopo, tempo etc.) e com as resistências do meio social contra quem deseja realizar uma coisa nova.

## 2.2 Informalidade

À informalidade no mercado de trabalho no Brasil começa a ganhar corpo a partir do final da década de 1980 e início da de 1990. Até então, os trabalhos realizados se concentravam essencialmente em discutir o que é o setor informal. As situações ocupacionais que conformam o setor informal são os conta-própria, os pequenos empregadores e os seus trabalhadores. O setor informal funciona para, essencialmente, garantir emprego e renda a seu proprietário, que nela trabalhará diretamente e controlará seu próprio processo de trabalho. A informalidade é um processo mais amplo ligado a novas formas de organizar a produção e o trabalho, bem como novas formas de relação de trabalho que envolveria a totalidade da economia,

do espaço produtivo, sejam empresas grandes ou pequenas, regularizadas ou não.

De acordo com Rocha (1989), este fato permitiu o desenvolvimento de outras abordagens ao longo dos anos setenta, como a de estrutura produtiva e a de mercado de trabalho. Para Cacciamalli (2000) avança ao reconhecer que a utilização do termo setor informal para representar empregadores e empregados de pequenos ou grandes empresas, sendo produtivas com relações de trabalho e capital precariamente delimitadas também admitiu múltiplas abordagens e diferentes objetos de estudos como, microempresas e ocupações por conta própria, entre outros.

Ramos (2002) tem a visão, de que o aumento da informalidade estaria mais associado a um componente estrutural do que cíclico. O autor chama a atenção para as significativas mudanças na composição setorial da ocupação ocorridas no mercado de trabalho urbano durante a década de 1990, em particular a significativa expansão do setor de serviços e a contração da indústria de transformação. Contudo, é importante destacar que a expansão de um setor caracterizado por um grau de informalidade elevado (o setor de serviços) e a retração de um setor mais intensivo em postos de trabalho informais já seriam suficientes para gerar significativo efeito composição que, por si só, tenderia a elevar o grau de informalidade no mercado de trabalho.

O “informal” como processo de informalidade é bem caracterizado por Cacciamalli (2000, p. 163). Para a autora, o termo informal deve estar associado “à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”. Nesse processo de informalidade, dois fenômenos são marcantes: a reorganização do assalariamento, que originou relações de trabalho vulneráveis; e a reemergência do autoemprego, como situação procurada por pessoas com dificuldade de reinserção no mercado de trabalho ou por aquelas que pretendem melhorar sua renda na condição de conta-própria ou microempresário.

O emprego informal compreende o total de empregos informais em empresas dos setores formal e informal e nos domicílios, o que inclui: trabalhadores por conta-própria dono de sua empresa do setor informal; empregadores donos de sua empresa do setor informal; trabalhadores familiares auxiliares; membros de cooperativas de produtores informais; assalariados que têm empregos informais em empresas formais, informais ou em domicílios; e trabalhadores por conta-própria que produzem bens exclusivamente para consumo próprio (PAMPLONA, 2013; ILO, 1972; ILO, 2010).

Em meados do século XX a atividade econômica predominante era a de larga escalas, as grandes empresas eram impulsionadoras do crescimento e desenvolvimento econômico e social de um país. Atualmente o mercado vem passando ao longo das décadas por transformações tecnológicas, novos modelos de fabricação, falta de barreiras comerciais, aumento da concorrência ou em função do grau de exigências dos consumidores (GOMES; FREITAS; JÚNIOR, 2005). Consequentemente essas transformações geraram aumento do índices desemprego

e crescimento da informalidade. Diante desse contexto surgiu o empreendedorismo em pequenas empresas, o empreendedor buscou por meio estratégias, inovação, lançamentos de novos produtos/serviços sobreviver a essa nova realidade gerando novas oportunidades de trabalhos e crescimento econômico (BIRSCH, 1979; AUDRETSCH, 2003; ASHCROFT; PLOTNIKOVA; RITCHIE, 2007).

Diante desse contexto, com o propósito de contribuir para o crescimento sustentável desses pequenos empreendimentos (pessoas) que trabalham por conta própria e na informalidade, foram elaboradas políticas que dão maior acesso à seguridade social no Brasil e mais vantagens tributárias, tais como: o Simples Federal de 1996, o Simples Nacional de 2006 e o Microempreendedor Individual (MEI) de 2008 (SASAKI; MENEZES, 2012). Desde a criação do MEI, em 2008, até janeiro de 2016, o país já formalizou 5.720.194 MEIs, o que representa quase 20 % a mais do que o número de MPEs abertas no mesmo período (PORTAL DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, 2017).

### **2.3 Microempreendedor Individual (MEI)**

Conforme o Portal do Empreendedor (2011) O projeto do Microempreendedor Individual foi criado com o intuito de tirar da informalidade milhões de trabalhadores, fazendo com que os mesmos saiam dessa informalidade e passem a permanecer em tal situação formal de uma empresa. Lei Complementar nº 128, aprovada em 19/12/2008, que modificou a Lei Complementar n.º 123/06, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado.

(RFB, 2009) O microempreendedor individual (MEI) é uma microempresa em condições especiais. De acordo com os artigos 13, 18-A e 18-C da lei nº 128/2008 e a Resolução nº58/09 do Comitê Gestor do Simples Nacional, o MEI é o empresário individual, optante pelo Simples Nacional, que fatura até R\$ 60.000,00 por ano.

De acordo com o SEBRAE (2010), o MEI inicia importantes mudanças na legislação das empresas, fazendo com que o país cresça em direitos sociais, garantindo às iniciativas e decisões das pessoas para terem suas próprias empresas. Ainda segundo o SEBRAE (2010), a regulamentação do MEI tem por finalidade, acabando com a burocráticas que impede a formalização de milhões de pequenos negócios, gerando trabalho e renda, pelo chamado auto-emprego (trabalho por conta própria). Diminuindo a informalidade dos pequenos empreendedores, fazendo com que diminua ainda mais a desigualdade social, e aumentando as condições para o desenvolvimento do micro empreendedorismo.

E ainda de acordo com o SEBRAE (2010) os muitos trabalhadores optam por trabalhar na informalidade, devido às várias exigências do governo, que estabelece uma carga tributária muito alta e tornando o trabalho desses microempreendedores inviável.

(NUNES, 2010). A empresa formalizada terá mais possibilidades de crescimento, tornando-se uma empresa mais definida, suas atividades e seus recursos passam a ser melhores, o que visam resultados positivos para a empresa.

Segundo o Portal do Empreendedor (2010) os benefícios oferecidos são: cobertura previdenciária, contratação de um funcionário com menor custo, isenção de taxas para o registro da empresa, ausência de burocracia, acesso a serviços bancários, inclusive crédito, compras e vendas em conjunto, redução da carga tributária, controles muito simplificados, emissão de alvará pela internet, cidadania, mais fácil vender pelo governo, serviços gratuitos, apoio do técnico do SEBRAE na organização do negócio, possibilidade de crescimento como empreendedor e segurança jurídica.

Corseuil, Neri e Ulyssea (2013, p. 32) afirmam que claramente, as mudanças introduzidas na LC nº 128 influenciam diretamente as decisões de formalização daqueles que são empreendedores de pequeno porte. Não obstante, é provável que as mudanças introduzidas por essa política também tenham alterado a escolha ocupacional dos indivíduos (entre ser um microempreendedor ou um trabalhador com carteira, por exemplo), uma vez que os custos e benefícios esperados entre as diferentes opções foram alterados com a nova política.

Segundo Tavares (2010) e Pereira (2010) existe interesse dos empreendedores e urgência do poder público se engajar no esforço de orientação e mobilização para aumentar a formalização por todo o País. E o objetivo do Governo é estimular a legalização dos empreendedores informais no intuito de se tornarem empreendedores individuais.

Com os incentivos oferecidos ao MEI e o fato de estar no mercado de forma legal, as chances de crescer e prosperar aumentam, e o que é apenas um pequeno negócio, poderá se tornar uma pequena, média ou grande empresa (SEBRAE, 2012). Assim, espera-se que esses incentivos oferecidos ao Microempreendedor Individual expandam sua atividade de modo sustentável e, em pouco tempo, o tornem uma microempresa ou pequena empresa.

Segundo Corseuil, Neri e Ulyssea (2013) há dois efeitos positivos, o primeiro diz respeito ao aumento da formalização dos trabalhadores por conta própria. Vale dizer que as indicações são de que o programa vem cumprindo seu objetivo precípua. O segundo efeito, também positivo, refere-se à reinserção dos desempregados no mundo formal. Trabalhadores desempregados e inativos vêm recorrendo ao programa para viabilizarem uma ocupação.

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis FENACON (2013). Instituído por meio da Lei Complementar nº 128/08, o Microempreendedor Individual pode ser considerado um dos maiores projetos de inclusão social já criado no país.

A medida consiste em trazer para a formalidade os profissionais autônomos com receita bruta de até R\$ 60 mil reais que queiram desfrutar dos benefícios previdenciários, mas não possuem condições financeiras de arcar com a carga tributária. Além da redução da carga tributária, os empresários contábeis têm a



oportunidade de protagonizar um grande trabalho social no país. Beneficiados pelo Simples Nacional, agora os escritórios de contabilidade farão gratuitamente o registro do empreendedor individual e a primeira declaração anual da categoria. A medida consiste em trazer para a formalidade esses profissionais que queiram desfrutar dos benefícios previdenciários, mas não possuem condições financeiras de arcar com a carga tributária.

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Faz-se oportuno evidenciar que a pesquisa tem postura filosófica sobre a possibilidade de investigar a realidade, então pautada dentro do paradigma positivista (método quantitativo). De acordo com Roesch (2005), a ideia central do positivismo é que o mundo social existe externamente ao homem e suas propriedades devem ser medidas por meio de métodos objetivos.

A pesquisa segue com base a taxionomia apresentada por Vergara (2011), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Torna-se relevante mencionar que a pesquisa está dividida em duas etapas. A primeira etapa, quanto aos fins, o estudo foi descritivo, pois se pretende descrever o perfil do microempreendedor individual, bem como apresentar as correlações entre o percentual da população que aderiu ao programa MEI em relação ao nível de desemprego e trabalho informal, como os índices de desenvolvimento humano municipal e à renda média do trabalhador. Dando continuidade, quanto aos meios a pesquisa foi documental. Os documentos necessários foram coletados na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e no Portal do Empreendedor – MEI. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental é aquela vale-se documentos que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda pode ser tratados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para a segunda etapa da pesquisa utilizou a classificação de Gil (2008) quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos. Em relação aos objetivos a pesquisa é descritiva e de campo. Descritiva, pois se pretende identificar quais os fatores que melhor discriminam interesse dos empreendedores quanto aos benefícios da formalização no desempenho de seus empreendimentos e de campo em virtude de uma pesquisa de campo com os microempreendedores individuais.

O universo e amostra da primeira etapa do presente estudo, compreende todos os microempreendedores individuais contido no relatório estatístico do MEI, no Portal do Empreendedor do - MEI (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>).

A segunda etapa escolheu o município de Natal/RN pela facilidade de acesso aos microempreendedores face as limitações de recursos e tempo. Trata-se de uma pesquisa com amostra intencional, não probabilística e por julgamento.

A coleta de dados para a primeira etapa da pesquisa utilizou dados secundário

e copiado para planilha eletrônica. Segundo momento da coleta de dados foram utilizados questionários cujo o escopo formado por escalas tipo Likert 4 pontos, No qual varia, de (0) “Não importante” a (3) “Muito importante. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de Novembro e Dezembro de 2016, o período longo foi em função da dificuldade imposta pelo microempreendedor em realizar a entrevista, obteve-se 100 questionário preenchidos.

O tratamento estatístico para esta pesquisa foi inicialmente estatística descritiva, com finalidade de descrever o perfil dos microempreendedores, posteriormente realizou testes de correlação de Pearson para identificar as associações entre o Programa MEI no desenvolvimento local, por último se utilizou da análise discriminante para identificar se após a formalização, ou seja, adesão ao Programa MEI, o status do negócio: “Reduziu o Desempenho”; “Nem Reduziu e Nem Melhorou o Desempenho”; “Melhor o Desempenho”.

A seleção das variáveis para o primeiro momento da pesquisa foram coletados na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e no Portal do Empreendedor – MEI por meio das seguintes variáveis:

(V1) Percentual da População Aderente ao Programa MEI (PPA - MEI): Esta variável foi formulada por meio de todos os Microempreendedores Individuais acumulados por municípios. Tem como propósito mapear a abrangência do Programa MEI no Rio Grande do Norte, bem como identificar os municípios com maior e/ou menor percentual de adesão ao Programa MEI.

(V2) Percentual da População de Desempregados ou Informais (PPDI): Esta variável reflete o percentual da população economicamente ativa sem remuneração (desempregada) ou com remuneração não informada (trabalhadores informais) nos 167 municípios do Rio Grande do Norte. Torna-se necessária esta variável pela necessidade de identificar se há correlações entre o Percentual da População Aderente ao Programa MEI (PPA - MEI) com Percentual da População de Desempregados ou Informais (PPDI)

(V3) Percentual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PIDHM): Esta variável é usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para demonstrar o quanto os municípios oferecem à população aptidão e oportunidades de uma vida mais digna, em dois aspectos: Econômico e Social. O objetivo da variável é identificar correlações Percentual da População Aderente ao Programa MEI (PPA - MEI) com o Percentual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PIDHM).

(V4) Percentual da Renda Média do Trabalhador (PRMT): A presente variável reflete a renda do trabalhador nos 167 municípios do Rio Grande do Norte. A justificativa desta variável é em função da necessidade de encontrar correlações entre o Percentual da População Aderente ao Programa MEI (PPA - MEI) com o Percentual da Renda Média do Trabalhador (PRMT).

A seleção das variáveis do segundo momento da pesquisa foram coletados por

meio de questionários, os dados foi formado por três tipos de variáveis: Variáveis categóricas; Variáveis relacionadas com o benefícios do Programa MEI; Variáveis relacionadas ao desempenho após a formalização pelo MEI.

## **4 | RESULTADOS E ANÁLISES**

Para melhor compreensão e discussão dos resultados da pesquisa, as informações foram organizadas em duas etapas. Na primeira etapa será apresentado um cenário do programa MEI, demonstrando uma análise dos 167 municípios no estado do Rio Grande do Norte. Com a finalidade de identificar os principais benefícios do programa MEI reconhecidos pelos empreendedores aderentes ao programa. Na segunda etapa será discutido um estudo empírico com os empreendedores do município de Natal/RN, esta etapa tem como finalidade identificar os benefícios reconhecidos para aperfeiçoamento do programa MEI no cenário brasileiro.

### **4.1 Programa MEI e indicadores de desenvolvimento local no Rio Grande Do Norte**

O Estado do Rio Grande do Norte situado na região do Nordeste do Brasil, esta na 5º colocação entre os inscritos no MEI entre os Estado do nordeste só perde para o Estado da Bahia com o maior número de empreendedores optantes pelo programa MEI. Até o ano de 2017 foram identificados 431.091, a quantidade de empreendedores cadastrados no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2017 é de 98.067, apontando que o programa tem apresentado um efeito positivo sobre as decisões de formalização.

Entre os empreendedores optantes pelo programa MEI compreende que 53% são do sexo masculino, 47% do sexo feminino e a faixa etária predominante é de 31 a 40 anos, com 33% do total. Com relação às atividades econômicas predominantes, destacam-se o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, com 9.072 dos estabelecimentos, e em segundo lugar os serviços em salões de beleza, com 6.374 dos empreendimentos, mais procurados para sair da informalidade e entra no sistema de microempreendedor.

Na região dos municípios, Natal é o município com a maior quantidade de população optante pelo MEI, com 34.303, no município de João dias consta a menor quantidade da população optante pelo MEI, com apenas 14 inscrito no programa. Em relação à forma de atuação, 56,62% dos empreendedores possuem estabelecimento fixo, 22,01% trabalham porta a porta, em postos móveis ou como ambulantes, 7,73% em vendas pela internet, televendas ou correios e 1,81% em outras formas de atuação.

Com objetivo de encontrar as associações entre os efeitos do programa MEI no desenvolvimento no estado do Rio Grande do Norte foram aplicados testes de correlação entre as variáveis os Percentual da População Aderente ao Programa MEI (PPA - MEI); Percentual da População de Desempregados ou Informais (PPDI);

Percentual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PIDHM) e Percentual da Renda Média do Trabalhador (PRMT) referente aos 167 municípios.

		PPA - MEI
PPA - MEI	Pearson Correlation	1
	Sig. (2-tailed)	
	N	167
PPDI	Pearson Correlation	<b>-,005</b>
	Sig. (2-tailed)	,021
	N	167
PIDHM	Pearson Correlation	<b>,165</b>
	Sig. (2-tailed)	,033
	N	167
PRMT	Pearson Correlation	<b>,166</b>
	Sig. (2-tailed)	,032
	N	167

Tabela 1 – Coeficientes de correlações de Pearson

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

Os resultados na tabela 1, apresentam-se as correlações entre a Percentual da População Aderente ao MEI (PPA - MEI) e o Percentual da População de Desempregados ou Informais (PPDI), assim como Percentual da População Aderente ao MEI (PPA-MEI) e o Percentual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PIDHM) e por fim Taxa da População Optante pelo MEI (PPA-MEI) e Percentual da Renda Média do Trabalhador (PRMT). Outro dado importante apresentada na tabela que todas as correlações apresentaram p-valor menor do que 0,05 (5%), isto significa que as correlações são significativas.

A primeira correlação entre as variáveis PPA-MEI e PPDI assinalou um coeficiente de -0,005, demonstrando que o aumento da taxa da população optante pelo MEI associa-se uma redução no Percentual da População de Desempregados ou Informais. O presente resultado corrobora os estudos de Corseuil, Nerie Ulysea (2014), Souza (2010), Monteiro e Assunção (2012) e Jütting e Laiglesia (2009), ao demonstrar que o programa MEI se apresenta como essencial ferramenta como política pública no Brasil.

A segunda correlação entre PPA-MEI e PIDHM resultou em um coeficiente de 0,165, este coeficiente indica que quanto maior o aumento do Percentual da População Aderente ao MEI indica um aumento no Percentual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PIDHM). O presente resultado apresente um indicativo que o programa MEI representa um importante vetor de desenvolvimento regional ao possibilitar a inclusão, o emprego e a qualidade de vida em municípios de baixo desenvolvimento municipal (BENNETT; RABLEN, 2014; FLORY; ANDREASSI;

TEIXEIRA, 2013; JULIEN, 2010; JÜTTING; LAIGLESIA, 2009; DEGEN, 2008; SOUZA (2010).

Por último, a correlação entre PPA-MEI e PRMT indicou um coeficiente de correlação 0,166, demonstrando que um aumento no Percentual da População Aderente ao MEI indica um aumento no Percentual da Renda Média do Trabalhador. Este resultado ratificam os estudos de Flory, Andreassi e Teixeira (2013); Sebrae (SERVIÇO..., 2013); Monteiro e Assunção (2012); Fontes e Pero (2011); Jütting e Laiglesia (2009) e Souza (2010).

#### **4.2 Benefícios do programa mei: estudo de caso em Natal/RN**

Natal/RN representa o município com o maior número de empreendedores optantes pelo programa MEI na região do Rio Grande do Norte, com um total de 33.798 empreendedores até o ano de 2017. Entre os optantes pelo programa MEI detecta-se que 52,54% são do sexo masculino e 47,46% do sexo feminino, com a faixa etária predominante composta por empreendedores entre 31 a 40 anos, com 32,60% do total.

Em relação à atividade econômica preponderante, destacam-se o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e os serviços em salões de beleza, com 8,60% e 7,56% dos estabelecimentos, respectivamente, resultados muito próximos dos apresentados por Sebrae (SERVIÇO..., 2013) em relação ao perfil do microempreendedor individual no Brasil.

Com a finalidade de identificar os benefícios e a efetividade do programa MEI no município de Natal/RN foram entrevistados diversos empreendedores, dos quais 110 se propuseram a participar da pesquisa, contudo apenas 53 responderam de maneira correta às questões da pesquisa. O início da pesquisa se deu em no dia 13 de Maio de 2017 até Agosto 13 de agosto do mesmo ano. Identificou-se que 64,0% dos pesquisados são do sexo masculino e 36% corresponde ao sexo feminino. Com relação a atividade praticada o comércio e serviço juntos correspondem mais de 98% e apenas 2% pertence a indústria.

Outro dado importante a faixa etária predominante está entre 21 à 30 anos de idade (30%) e de 31 à 40 anos de idade (34%) a soma dos dois corresponde à 64% dos pesquisados estão entre 21 à 40 anos de idade, apresentando um perfil heterogêneo (SERVIÇO..., 2013).. Esse público 43% possui ensino médio completo e 24% possui ou cursa nível superior. Estes resultados contrapõem com os resultados encontrados pelo Sebrae (SERVIÇO..., 2013) , contudo ainda existe a necessidade de investimentos em educação e capacitação dos empreendedores no Brasil, especialmente nos pequenos negócios (SOUZA; SOUZA; PASIN; ZAMBALDE, 2016; MONTEIRO; ASSUNÇÃO, 2012; JÜTTING; LAIGLESIA, 2009).

A presente pesquisa ainda revelou que tomou conhecimento do programa MEI por meio da instituição SEBRAE com 47% e pela internet 33%, os dois juntos corresponde a 80%. Outro ponto importante que 40% trabalham em suas próprias

residência, 30% trabalham em um ponto comercial. Os resultados não diferem tanto dos apresentados pelo SEBRAE (SERVIÇO..., 2013).

Ao buscar atendimento para adesão ao programa MEI 91% encontraram facilidade para se cadastrar e conseguiu atendimento imediato. Percebe- ainda que a contratação ainda é baixa, pois 96% não possuem empregados. Esse resultado pode ser explicado em função do programa MEI não permiti a contratação de mais de um colaborador, outro ponto a ser observado as empresas para aderirem ao programa tiveram que se adequar reduzindo a sua escala com o propósito de aderir ao programa (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014; BRASIL, 2008).

Aos que aderiram ao programa MEI mais de 61% já trabalhavam no setor ou de forma informal ou como empregado. Estes resultados demonstram a efetividade do programa MEI em relação à formalização dos empreendedores no município (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014; JULIÃO; LEONE; VEIGA NETO, 2014; BRASIL, 2008).

#### 4.3 Benefícios e desempenho do programa MEI

Com a finalidade de avaliar a percepção dos entrevistados em relação aos benefícios do programa MEI, foi utilizado um questionário com uma escala tipo Likert 4 pontos, variando de (0) “Não importante” a (3) “Muito importante”. Pode-se observar os seguintes benefícios que mais se destacaram: Benefícios do INSS (previdência) (3,51); Ter uma empresa formal (3,0); Possibilidade de crescer como empresa (3,28); Redução dos impostos e tributos para a formalização (3,25); Dispensa de contabilidade (3,25) e Pouca burocracia e facilidades na formalização (3,23). Já os benefícios menos reconhecidos pelos microempreendedores destacaram-se: Vender produtos ou serviços para o governo (1,87) e Contratação de funcionário a baixo custo (2,49), conforme apresentado na Tabela 2.

Benefícios	Média	Desvio Padrão
Redução dos impostos e tributos para a formalização	3,25	0,8
Ter uma empresa formal	3,30	0,81
Pouca burocracia e facilidades na formalização	3,23	0,84
Dispensa de contabilidade	2,25	1,47
Possibilidade de crescer como empresa	3,28	0,92
Benefícios do INSS (previdência)	3,51	0,92
Possibilidade de emitir nota fiscal e comprovação de renda	2,92	1,27
Vender produtos ou serviços para outras empresas	2,55	1,39
Ter acesso a serviços bancários e empréstimos	2,77	1,33
Possibilidade de vender a prestações com cartão de crédito	2,79	1,41
Contratação de funcionário a baixo custo	2,49	1,55
Vender produtos ou serviços para o governo	1,87	1,49

Tabela 2 – Média dos benefícios reconhecidos em Natal/RN

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

Esse resultados também podem ser observados em estudos Resultados semelhantes podem ser evidenciados em outros estudos semelhantes a respeito dos benefícios do MEI (JULIÃO; LEONE; VEIGA NETO,2014; SERVIÇO..., 2013; SOUZA, 2010), torna-se importante resaltar que a redução da carga tributária, fácil formalização, possibilidade de novos negócios e possui o direito a previdência social têm sido os aspectos mais relevantes após a aderi ao programa MEI.

Depois de verificar os benefícios mais representativos, pretendeu-se quantificar o desempenho gerado a partir da formalização pelo programa MEI. Pata tanto foi criado uma escala nominal a partir de três parâmetros para avaliar o desempenho do programa MEI após a formalização: “Diminuiu o desempenho”; “Não houve mudanças após a formalização” e “Aumentou o desempenho”. Observar-se na tabela 2, que a variáveis que mais se destacaram foram: Satisfação dos clientes (3,40); Aumento na produtividade (3,19); Vendas ou prestação de serviços; Oportunidades de mercado (3,08) e Faturamento do negócio (3,04). Já os desempenhos menos importantes, foram: Preço repassado ao cliente (2,68) e Preço pago pelos fornecedores (2,79).

Desempenho	Média	Desvio Padrão
Faturamento do negócio	3,04	1,03
Oportunidades de mercado	3,08	0,95
Vendas ou prestação de serviços	3,17	0,95
Satisfação dos clientes	3,40	0,71
Aumento na produtividade	3,19	0,89
Acesso a crédito	2,92	1,15
Preço pago pelos fornecedores	2,79	1,22
Preço repassado ao cliente	2,68	1,16
Despesas fixas	2,81	1,06

Tabela 3 – Média dos desempenhos gerados pelo programa MEI em Natal/RN

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

Os resultados apresentados demonstram que após a formalização os microempreendedores individuais conseguiram atender melhor os clientes, obtiveram mais vendas e conseqüentemente maior geração de renda ao ampliar o ingresso a outros mercados, bem como para empresas, pessoas ou governo que exigem a emissão de nota fiscal (SERVIÇO..., 2013; MONTEIRO; ASSUNÇÃO, 2012; FONTES; PERO, 2011; JÜTTING; LAIGLESIA, 2009).

Depois de avaliar tanto os benefícios (variáveis independentes) quantos o desempenho (variáveis dependentes), utilizou-se a análise discriminante uma técnica multivariada e utilizou o método *stepwise* (passo a passo), cujo o objetivo é identificar empreendedores individuais com perfis diferentes entre os que acreditam que

houve melhorias no desempenho com aqueles que não acreditam nas melhorias no desempenho após a formalização pelo programa MEI.

A primeira informação fornecida pelo SPSS trata-se da amostra geral, verificou-se que 100% dos casos disponíveis todos formam a amostra para o desenvolvimento da função discriminante. Em seguida foi realizado o teste de igualdade de médias de grupos, isto é, uma análise preliminar das variáveis explicativas, verificando se existem diferenças entre as médias dos grupos. O resultado desse teste é está presente na tabela XX. Verifica-se que apenas a variável “Vender produtos ou serviços para outras empresas” passou no teste. Pelo Sig. F significa as diferenças entre as médias e é calculado por meio da relação entre a soma dos quadrados dos erros totais dentro dos grupos e da soma dos quadrados dos erros totais (FÁVERO et al.,2009).

Variáveis Inseridas	Wilk's Lambda	Teste F	Sig.
Redução dos impostos e tributos para a formalização	0,932	1,814	0,174
Ter uma empresa formal	0,974	0,673	0,515
Pouca burocracia e facilidades na formalização	0,964	0,929	0,402
Dispensa de contabilidade	0,948	1,381	0,261
Possibilidade de crescer como empresa	0,956	1,147	0,326
Benefícios do INSS (previdência)	0,928	1,933	0,155
Possibilidade de emitir nota fiscal e comprovação de renda	0,977	0,591	0,557
<b>Vender produtos ou serviços para outras empresas</b>	<b>0,736</b>	<b>8,968</b>	<b>0,000</b>
Ter acesso a serviços bancários e empréstimos	0,931	1,845	0,169
Possibilidade de vender a prestações com cartão de crédito	0,981	0,496	0,612
Contratação de funcionário a baixo custo	0,905	2,622	0,083
Vender produtos ou serviços para o governo	0,963	0,954	0,392

Tabela 4 – Teste de igualdade das médias

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 4, apresenta-se o teste de homogeneidade das matrizes de variância e covariância por meio do teste Box M. Este teste demonstrou que a hipótese nula foi rejeitada tendo em vista que o resultado do teste é maior (0,149) a um nível de significância de 0,05. Isto significa que as matrizes de variância e covariância são diferentes.

Box's M	4,058
F Approx	1,905
df1	2
df2	875,794
Sig.	0,149

Tabela 5 - Teste M de Box

Fonte: Dados da pesquisa (2017).



Para identificar as variáveis que melhor discriminam os grupos foi utilizado um nível de significância de 5%. O método utilizado para discriminar foi por meio da estimação *stepwise* e critério de *Wilks lambda* (Vender produtos e/ou serviços para outras empresas) esse método escolheu uma única variável previsora para função discriminante, a qual foi selecionada dentro de um intervalo de 95% de confiança. A variável escolhida é aquela que possui o melhor poder discriminante (CORRAR et al., 2011).

Step	Entered	Wilk's Lambda							
		Statistic	df1	df2	df3	Exact F			
						Statistic	df1	df2	Sig
1	Vender produtos ou serviços para outras empresas	0,736	1	2	50,000	8,968	2	50,000	0,000

Tabela 6 - Variáveis introduzidas/removidas pelo método stepwise

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com base na tabela 6, o resultado da função discriminante revela que os empreendedores atribuíram maior relevância para a “Possibilidade de vender produtos ou serviços para outras empresas”, essa foi a única significativa. Percebe-se que as outras variáveis mesmo sendo importantes para o desempenho após a formalização não obtiveram estatisticamente a capacidade de discriminar, na percepção dos pesquisados quanto as melhoras significativa quanto ao desempenho.

Também foi verificada a correlação canônica que representa o poder de explicação da função discriminante, na qual apresentou 0,514, indicando que 35,9% da variância podem ser explicadas pelo modelo, a um grau de 5% de significância pelo coeficiente Lambda de Wilks. Por fim os resultados da classificação indicam que 86,7% dos casos estão classificados de maneira correta, valor considerado relevante uma vez que o ponto de corte do maior grupo analisado refere-se a 86% dos dados (HAIR Jr et al., 2009).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado apresentou no MEI a possibilidade de formalizar a empresa de forma mais desburocrática, tornando-se uma excelente alternativa para trabalhadores informais que encontravam dificuldades na formalização de sua empresa. Encontrando uma baixa burocracia e facilidades na formalização, gerando um aumento na renda média do trabalhador. Foi possível detectar pontos importantes para a formalização como microempreendedor individual (MEI), bem como a sua importância para economia do País. Apresentou de forma explicativo o que é ser empreendedor, e a

sua visão diante das demais empresas na sociedade. Em fatos quantitativos mostrou a forte relação do Brasil com o empreendedorismo, e a importância do incentivo a esses empreendedores.

O MEI surge como mecanismo facilitador quanto aos procedimentos de abertura de empresa, a fim de legalizar, formalizar várias empresas, empresário e empreendedores que passaram a ser sujeitos de direitos e obrigações, e a ter reconhecida a sua atividade profissional podendo assim gozar de benefícios fiscais, tributários, trabalhistas e obtenção de linhas de créditos. Um momento bastante importante da economia brasileira, pois este processo de regularização irá provocar um aspecto muito positivo que auxiliarão no crescimento econômico do país, refletindo assim na vida de todo o povo brasileiro.

O MEI representa um início das ações que devem ser implantadas pelo Governo Federal, no intuito de permitir que esses trabalhadores possam crescer com segurança e com apoio necessário para o fortalecimento de suas empresas. Assim sendo, fica evidente a importância desses empreendedores na atual situação econômica do Brasil, são milhões de trabalhadores que poderão aderir a esse programa e assim contribuir para o aumento da taxa de crescimento econômica do nosso Brasil.

## REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, D. Entrepreneurship capital and economic growth. *Oxford Review of Economic Policy*, Oxford, v. 23, n. 1, p. 63-78, 2007

ASHCROFT, B.; PLOTNIKOVA, M; RITCHIE, D. New firm formation in British counties: comparing the 1990s with the 1980s. [S.l.]: CPPR, 2007. (Working Paper, n. 6). Disponível em: . Acesso em: 8 Ago. 2017.

CACCIAMALI, M. C. As economias informais e submersa: conceito e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. (orgs). **Distribuição de renda no Brasil**, cap.6, 1991.

CACCIAMALI, M. C. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: IPE-USP, 1983.

CORSEUIL, C. H.; NERI, M. C.; ULYSEEA, G. L. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. *Mercado de trabalho*, ano 18, p. 31-41, fev. 2013. Disponível em:

DEGEN, R. J. Empreendedor: Fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: MacGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 1999. em:<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/noticias/noticias125.php>> Acesso em: 12 jul. 2017.

**EMPREENDEADORISMO E ESTRATÉGIA DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE: coleção empreendedorismo e estratégia**. Curitiba: Pucpr, v. 1, n. 1, 20 out. 2010. Mensal. Disponível em: <<http://www.editorachampagnat.pucpr.br/ebook/9788572922043.pdf#page=43>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FENACON. Guia prático do MEI: Microempreendedor Individual. Sistema SeSCAP/ SESCON, 2009. Disponível em: [www.sescon-rs.com.br/download/mei/cartilha\\_mei.doc](http://www.sescon-rs.com.br/download/mei/cartilha_mei.doc). Acesso em:

27 jul. 2017.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. Políticas públicas de empreendedorismo para a população de baixa renda: transformando necessidades em oportunidades. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 19, n. 62, 2013.

FERREIRA, J. M.; GIMENEZ, F. A. P.; RAMOS, S. C. Potencial empreendedor e liderança criativa: Um estudo com varejistas de materiais de construção da cidade 269 de Curitiba/Pr. In: *Enanpad*: 2005. Anais... Brasília/DF

XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005  
ENEGETP 2005 ABEPRO 4084 **O Retrato do Empreendedor Informal**. Josemeire Alves Gomes (UECE) [alvesgomes@baydenet.com.br](mailto:alvesgomes@baydenet.com.br) Ana Augusta Ferreira de Freitas (UECE) [freitas8@terra.com.br](mailto:freitas8@terra.com.br). Emílio Capelo Júnior (UECE) [emiliocjunior@terra.com.br](mailto:emiliocjunior@terra.com.br) ENEGETP 2005 ABEPRO XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005.

GUTIERREZ, M. D.. Planejamento tributário: elisão e evasão fiscal. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Geneva, 1972. \_\_\_\_\_. 15th International Conference of Labour Statisticians (15<sup>a</sup> ICLS). Geneva, 1993. (Resolution II). Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2010. \_\_\_\_\_. 17th International Conference of Labour Statisticians (17<sup>a</sup> ICLS). Geneva, 2003. (Final Report). Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2010.

**INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: uma resenha da literatura**. Rio de Janeiro: Comitê Editorial, v. 1070, 20 fev. 2005. Mensal. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1926/1/TD\\_1070.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1926/1/TD_1070.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2017.

JÜTTING, J. P.; LAIGLESIA, J. R. *Is informal normal? Towards more and better jobs in developing countries*. Paris: Ocede, 2009.

Kakouris, A., & Georgiadis, P. (2016). Analysing entrepreneurship education: a bibliometric survey pattern. *Journal of Global Entrepreneurship Research*, 6(1), 1-18.

MONTEIRO, J. C. M; ASSUNÇÃO, J. J. Coming out of the shadows? Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality in Brazilian microenterprises. *Journal of Development Economics*, v. 99, n. 1, p. 105-115, 2012.

NUNES, O. A. Estrutura Organizacional. 2010. Disponível em: <[http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_1705/artigo\\_sobre\\_estrutura\\_organizacional](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_1705/artigo_sobre_estrutura_organizacional)> Acesso em: 27 jul. 2017.

NUNES, O.A. Estrutura Organizacional. 2010. Disponível em:<[http://artigo\\_sobre\\_estrututa\\_organizacional](http://artigo_sobre_estrututa_organizacional)> Acesso em: 30 jul. 2017.

**O PERFIL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA ECONOMIA INFORMAL.: Serie: Trabalho decente no Brasil**. Brasília: Escritório da Oit, v. 1, n. 1, 13 maio 2008. Mensal. Disponível em: <[http://200.18.252.57/services/e-books/Perfil dos trabalhadores.pdf](http://200.18.252.57/services/e-books/Perfil%20dos%20trabalhadores.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.225-249, jun. 2013. *FapUNIFESP (SciELO)*. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982013000100011>>. Acesso em: 19 ago.2017.

PEREIRA, V. da S. V.**Empreendedor Individual**: política de inclusão social e econômica no Brasil.

2010. Disponível em: < <http://Empreendedor Individual: política de inclusão social e econômica no Brasil>> Acesso em: 26 jul. 2017.

**PORTAL DO EMPREENDEDOR.** Empreendedor Individual salva negócio da falência. 2010 a. Disponível: **RECEITA FEDERAL DO BRASIL** Disponível em: <http://twww8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional aprovada resolução que trata do MEI.doc> Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009.

RAMOS, L. “A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001”.

IPEA, texto para discussão n. 914, 2002.

ROESCH, S. M. A . Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração. 3a. Ed. Ed. Atlas, São Paulo, p. 142, 2005.

SCHUMPETER, J. A Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

**SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** MEI – Micro Empreendedor Individual. Disponível em: < <http://www.mundosebrae.com.br/2008/11/mei-micro-empreendedor-individual/> >. Acesso em: 26 ago. 2017

O “BÊ-Á-BÁ” DO ENSINO EM EMPREENDEDORISMO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE OS MÉTODOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas** v.6, n.2, p. 372-401, maio/ago. 2017.

Souza, D. M. (2010). Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do Microempreendedor Individual (Monografia de Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TAVARES, D.. Brasil tem mais de 550 mil empreendedores individuais em quase todos os municípios. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=448&cod=10733852>> Acesso em: 26 jul. 2017.

TIMMONS, J. A. Characteristics and role of entrepreneurship. American Journal of Small Business, v.3,n.1,p.5-17,1978

VERGARA, S.C. Metodologia do trabalho científico.22º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

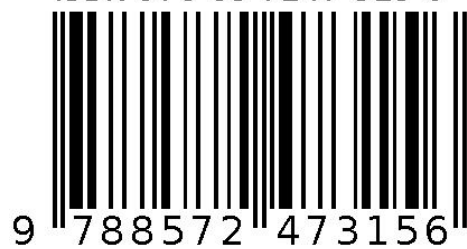
ZEM, Aurora Carneiro; FRACASSO, Edi Madalena. QUEM É O EMPREENDEDOR? AS IMPLICAÇÕES DE TRÊS REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO TERMO MPREENDEDOR. **Revista de Administração Mackenzie: RAM.** Porto Alegre/RS, v. 9, n. 8, p.135-150, 05 maio 2008. Semanal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1954/195416658008/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-315-6



9 788572 473156